

Contrapartes envolvidas: Secretaria de Políticas para as Mulheres, ONU Mulheres e Agência Brasileira de Cooperação.

Período de Implementação: 59 meses (de dezembro de 2007 a setembro de 2013).

Recursos investidos: total previsto de R\$ 3.541.510,00, dos quais R\$ 2.961.341,05 foram repassados.

Recursos executados: do total repassado, quase 100% dos recursos foram executados (96% deles em atividades programáticas).

Objetivo geral: *Contribuir para a promoção e transversalização das políticas de igualdade de gênero em todos os níveis de governo a partir do aperfeiçoamento e expansão das ações já existentes a partir da contribuição à implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.*

Objetivos de trabalho:

1. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres pactuado com estados e municípios;
2. Sistemática de Monitoramento e Avaliação do PNPM revista e implementada;
3. Central de Atendimento à Mulher ampliada e em funcionamento;
4. Participação das mulheres nos espaços de poder ampliada e fortalecida;
5. Produção de indicadores, estudos e pesquisas sobre relações de gênero e situação das mulheres e relatórios de acompanhamento das políticas sistematizados e divulgados;
6. Estratégia de comunicação da SPM definida e em funcionamento;
7. Sistema Nacional de Informações sobre a Violência contra as Mulheres implementado;
8. Implementação do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Revisões: 2009, 2011 e 2013 (apenas a primeira consistiu em aporte adicional de fundos e redefinição de objetivos - as demais revisões serviram para expandir o período de execução)

Perfil da avaliação: Avaliação final do projeto, realizada por avaliadora independente e centrada na análise da relevância, eficiência e efetividade da implementação, além de sua sustentabilidade e possíveis contribuições para resultados de desenvolvimento.

Resultados

Relevância: Alinhamento dos objetivos do projeto aos objetivos gerais da SPM e da ONU Mulheres. Contudo, resultados muito amplos afetaram a implementação do projeto. Não havia estratégia específica de M&A.

Eficiência: O projeto pode ser considerado eficiente, mas houve um claro desequilíbrio no ritmo da implementação (gastos concentrados nos dois primeiros anos do projeto). Essa dinâmica foi justificada pela dificuldade de readequação após períodos de transição político-institucional (na SPM e na ONU Mulheres).

Efetividade: É possível afirmar que existiu sinergia e coerência entre os resultados, apesar do projeto não ter sido plenamente implementado. A análise do uso dos recursos mostrou que alguns resultados foram privilegiados em detrimento de outros (resultados 2, 5 e 6) devido à necessidade de readequação das prioridades nas diferentes gestões da SPM. As transições gerenciais também justificaram o fato de que alguns resultados tiveram baixo desempenho. As análises das atividades mostraram que apesar do grande número de atividades operacionais nos primeiros anos de implementação, o projeto conseguiu resultados expressivos em atividades voltadas para o enfrentamento à violência contra as mulheres, gestão e monitoramento de políticos e autonomia econômica. O modelo de implementação foi questionado em relação à subutilização da capacidade técnica da ONU Mulheres e às dificuldades nos fluxos de comunicação sobre procedimentos entre as duas organizações.

Sustentabilidade: O novo acordo que está sendo negociado representa um avanço em sustentabilidade da parceria entre as contrapartes. Além disso, diversas ações do projeto mostraram potencial para contribuir com políticas da SPM (e.g., Pacto, Uso do Tempo, Observatório, RASEAM, Ligue 180 e Pró-Equidade).

Conclusões: Concluiu-se apesar dos desafios à plena implementação do projeto ele foi exitoso em oferecer subsídios a possíveis contribuições a algumas áreas específicas do II PNPM. O projeto apresentou contribuições à programação conjunta e para a cooperação técnica. Os desafios técnicos e gerenciais que afetaram os aspectos de eficiência e efetividade estão sendo discutidos pelas instituições implementadoras para o novo acordo.

Recomendações:

- (1) Utilização de indicadores SMART (específicos, mensuráveis, alcançáveis, realistas, e delimitados no tempo) e de linhas de base específicas para o acompanhamento dos projetos;
- (2) Atenção à elaboração dos resultados em termos de amplitude do seu alcance, levando em consideração a escala financeira e administrativa dos acordos de cooperação técnica;
- (3) Estrutura lógica dos projetos de cooperação definida de forma mais clara, estabelecendo a ligação entre atividades, produtos e resultados;
- (4) Revisões gerais dos projetos que levem em consideração aspectos técnicos, para além dos requisitos formais, buscando adequação à realidade do contexto de implementação;
- (5) Revisão conjunta e periódica dos processos administrativos referentes às contratações, por ambas as instituições e em diferentes níveis de gestão do projeto;
- (6) Aprimoramento das estruturas de governança internas do projeto, com a definição de equipes de gestão em cada entidade envolvida, buscando melhorar os canais de comunicação, institucionalizar mecanismos de gestão e formalizar mecanismos de acompanhamento e responsabilização;
- (7) Aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e avaliação existentes para que permitam o acompanhamento periódico das atividades dos projetos de cooperação e que forneçam informação relevante para a gestão desses;
- (8) Desenvolvimento de sistemas de arquivamento mais integrados e completos, buscando melhorar a transparência das ações realizadas.